

(In)visibilidades da cobertura noticiosa do Dia Internacional das Mulheres em Portugal

(In)visibilities of the International Women's Day news coverage in Portugal

Carla Cerqueira

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Portugal

Resumo

Neste artigo explicamos o trajeto do nosso doutoramento, o qual se centrou na análise da evolução jornalística no que se refere à cobertura da efeméride do Dia Internacional das Mulheres em Portugal na imprensa portuguesa (1975-2007). Partimos das inquietações que suscitaram a pesquisa, percorremos as opções metodológicas e traçamos algumas das principais conclusões.

Palavras-chave: cobertura noticiosa, Dia Internacional das Mulheres, Portugal, jornais.

Abstract

In this paper we explain the path of our doctoral research, which was focused in the evolution of the journalistic coverage in the International Women's Day in Portuguese Press (1975-2007). We go from a set of interrogations onto to defining our methodological options, backbone of our main conclusions.

Keywords: news coverage, International Women's Day, Portugal, newspapers.

Pontos de partida

Uma investigação começa sempre com inquietações sobre determinados aspetos do mundo que nos rodeia. No caso concreto da nossa tese de doutoramento, o ponto de partida foi a necessidade de aprofundamento da cobertura noticiosa no que se refere aos temas relacionados com a igualdade de género e à representação das mulheres e das organizações da sociedade civil que operam neste campo de intervenção. Nesse sentido, começámos por pesquisar os diversos trabalhos produzidos a nível nacional e internacional (e.g. Álvares, 2006; Byerly & Ross, 2006; Carter & Steiner, 2004; Carter, 2005; Gallagher, 1981, 2001, 2006; Gallego, 2009; Ross, 2009; Silveirinha, 2004, 2006a, 2006b; Tuchman, 1979; van Zoonen, 1994) e apercebemo-nos da necessidade de estudar concretamente uma efeméride, pela capacidade de potenciar a cobertura jornalística e permitir a colocação das temáticas na esfera pública, mais especificamente através do campo mediático.

Assim, decidimos que o foco do nosso projeto de investigação seria a efeméride do Dia Internacional das Mulheres em Portugal. O objetivo central foi, portanto, perceber como é que evoluiu a cobertura jornalística do Dia Internacional das Mulheres na imprensa portuguesa (1975-2007). Tentámos perceber os meandros envolvidos na cobertura noticiosa, nomeadamente:

- se a forma como o Dia Internacional das Mulheres é representado nos jornais na atualidade é semelhante ou difere das primeiras comemorações;
- sobre que temáticas versam as peças da efeméride;
- como são noticiadas;

- que géneros jornalísticos são convocados;
- que direitos são enunciados nos artigos;
- que enquadramento(s) e estilo(s) são usados pelos jornais;
- se existem diferenças entre os artigos que mencionam os direitos das mulheres e os artigos que se referem a reivindicações feministas;
- que tipo de feminismo é mais noticiado;
- se as mulheres têm o poder da palavra nas peças noticiosas;
- quem comenta os assuntos relacionados com a efeméride;
- que associações é que recebem maior visibilidade;
- que tipo de fotografias aparece associado às peças de comemoração do Dia Internacional das Mulheres;
- que imagens das mulheres são tornadas públicas (elas aparecem mais como vítimas ou como heroínas? A quem é atribuído o papel ativo na imagem?);
- se o aumento do número de mulheres jornalistas nas redações revela mudanças na forma como as mulheres, o Dia Internacional das Mulheres, os assuntos de género e/ou feministas são tratados na imprensa.

Além disso, e numa fase posterior, procurámos entender como é que os movimentos comunicam os seus discursos e como usam os media *mainstream* para esse efeito e, por outro lado, como é que as e os jornalistas e os diretores (porque ao longo de 32 anos de análise estes meios de informação foram sempre dirigidos por homens) explicam a escolha de determinadas temáticas em detrimento de outras e como é que veem as efemérides e, em particular, o Dia Internacional das Mulheres.

Sucintamente, procurámos analisar a forma como as mulheres, as associações e os temas de género e/ou feministas foram representados no âmbito das comemorações do Dia Internacional das Mulheres na imprensa portuguesa, observando as conexões entre o discurso sociocultural, económico e político e a cobertura jornalística. Através deste estudo pretendemos contribuir para o conhecimento dos circuitos de noticiabilidade referentes a esta temática, num período de análise que se prolonga por três décadas, sendo estas marcadas por profundas transformações na sociedade em geral e nas instituições mediáticas em particular, com o incremento da valorização pública das questões relacionadas com a igualdade de género.

O trajeto metodológico

Traçar um percurso metodológico é uma das fases cruciais da investigação, a qual acarreta consigo decisões nem sempre fáceis de tomar. Se inicialmente determinámos que realizaríamos um estudo longitudinal, de forma a perceber a evolução da cobertura, tínhamos igualmente de definir quais os meios informativos a analisar. Optámos pela imprensa, uma vez que esta teve um peso determinante na veiculação da informação jornalística nas últimas décadas. Relativamente ao *corpus* de análise, o nosso estudo é composto pelos artigos publicados sobre as comemorações da efeméride em dois jornais diários generalistas nacionais de grande tiragem – Jornal de Notícias (JN) e Diário de Notícias (DN). Procurámos escolher dois meios que existissem em 1975 e que se mantivessem até à atualidade no topo das publicações mais lidas e vendidas a nível nacional. Começámos em 1975 porque foi o primeiro ano de comemorações em regime de liberdade em Portugal, tendo sido instituída a efeméride pelas Nações Unidas e dois anos mais tarde oficializada, e terminámos em 2007 por ser o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos. Relativamente ao período temporal, centrámo-nos nos primeiros dez dias de março, uma vez que

a efeméride é celebrada no dia 8 e, após uma análise exploratória, verificámos que alguns jornais costumavam noticiar o acontecimento nos dias que o antecedem ou mesmo posteriormente. Portanto, analisámos 640 edições, 320 de cada jornal, totalizando 727 artigos. Em termos de conteúdos, a análise centrou-se nas mensagens textuais e icónicas e teve em consideração a parte da informação, mas não ignorou a vertente de opinião.

Na nossa investigação cruzámos a análise de conteúdo (Herscovitz, 2007: 123), que continua a ser muito útil para a pesquisa jornalística, com a análise crítica de discurso (Kress e van Leeuwen, 1996; van Dijk, 1997, 2005; van Leeuwen, 1997) assumindo esta segunda componente como adicional e de aprofundamento. Alguns dados quantitativos são essenciais para dar a conhecer o fenómeno que está a ser estudado e como foi evoluindo, permitindo verificar a prevalência (ou não) de determinado tipo de questões. Adicionando uma componente qualitativa torna-se possível chegar aos significados imbuídos nos conteúdos.

Em termos de opções metodológicas, depois de analisarmos os conteúdos, resolvemos dar voz a quem esteve envolvida/o neste processo. Assim, entrevistámos:

- i) jornalistas e fotojornalistas que trabalharam ou trabalham nos jornais que fazem parte da nossa amostra e/ou que estiveram ou estão ligadas ou ligados a estes temas em termos de cobertura noticiosa, bem como colunistas que escreveram nestes jornais sobre estas temáticas;
- ii) diretores dos dois jornais, de forma a perceber como é que se constituía e se continua a organizar a agenda noticiosa;
- iii) porta-vozes das associações de promoção da igualdade de género e/ou feministas e ativistas que tiveram visibilidade jornalística.

Algumas conclusões ou pontos para reflexão

Neste artigo salientamos apenas algumas das principais conclusões que ressaltam da pesquisa e que nos parece que estão na linha de outros estudos já realizados ou lançam pistas para futuras análises neste campo de investigação.

A cobertura noticiosa revela que o feminismo apelidado de radical não chega a ter expressão, a não ser em casos excepcionais, particularmente com a colocação das questões de direitos sexuais e reprodutivos, nomeadamente com a luta pela interrupção voluntária da gravidez (IVG). De referir também que a luta pela IVG teve uma frente muito visível ligada à corrente liberal, relacionada com a mudança dos normativos legais na sociedade portuguesa e que marcou um período de três décadas. Além disso, nestes jornais, no âmbito das temáticas ligadas ao Dia Internacional das Mulheres, impera a corrente liberal, a qual é considerada mais moderada e por isso tende a ser socialmente mais aceite, ou seja, possui um ideário que gera mais consenso público (Álvares, 2007; Nogueira 2001b). De mencionar ainda que a retórica do pós-feminismo, caracterizada pela valorização de uma mulher empoderada e que consegue triunfar num mundo ‘dominado por homens, também assume grande destaque nestes jornais.

Outro aspeto a salientar refere-se ao facto de nos primeiros anos de comemoração da efeméride os jornais em análise a apresentarem como uma reivindicação, sobretudo pelo carácter de luta e de associação aos ideais transmitidos pela revolução do 25 de Abril de 1974, à conquista da democracia e à agitação política da altura. Portanto, os movimentos de mulheres e/ou feministas ficam submersos nas lutas por outros direitos sociais que, na maioria das vezes, não são específicos do seu grupo. Nas páginas destes jornais a efeméride é filtrada, passando da reivindicação por determinados direitos e melhores condições de vida em termos mais gerais (não específicos do coletivo de mulheres) para um evento com carácter meramente simbólico, sem grande tónica na ação, em que se relembram os factos históricos e se colocam algumas temáticas

que urge ainda debater, sobretudo centradas em desigualdades que parecem persistir.

Muitos são os temas que gravitam na esfera jornalística, mas poucos se sedimentam. As peças são curtas, sobretudo notícias e breves, as quais não chegaram com frequência à primeira página, revelando pouco aprofundamento e uma maior atenção aos eventos criados do que aos temas associados às problemáticas dos direitos das mulheres. Uma das exceções mais recentes (surge nos anos 90 do século XX) é a temática da violência doméstica, a qual se impõe na cobertura por altura do Dia Internacional das Mulheres.

Importa constatar que desde que a temática da violência, sobretudo doméstica, entrou na esfera pública em Portugal, que os meios de comunicação social costumam aproveitar esta efeméride para apresentar dados estatísticos, estudos científicos ou casos pessoais exemplificativos das situações de violência e, por isso, chocantes. Na representação das mulheres enquanto vítimas salientam-se os estereótipos ‘femininos’ ligados à expressividade, submissão e dependência. As ‘estórias’ apelam ao lado emocional e encetam uma ‘narrativa das coitadinhas’ (Silveirinha, 2004), não fazendo a devida problematização do flagelo social. Esquecem-se os contextos sócio-históricos e/ou as dimensões psicossociais e valorizam-se mais os números. Não pretendemos, contudo, ignorar o papel que os meios de comunicação social assumiram na quebra do silenciamento em torno deste tema, colaborando na sua transposição da esfera privada para a esfera pública. Denota-se o reconhecimento do tema como capaz de ser incluído nos critérios de noticiabilidade privilegiados, mas o enquadramento que lhe é dado aproxima-o mais das questões de criminalidade *per si* e não de um enquadramento sociológico. Uma vez mais apraz aludir à necessária conciliação entre visibilidade e representação jornalística.

Nas peças jornalísticas também se verifica, maioritariamente, uma concepção do poder feminino enquanto idoneidade para penetrar na esfera pública. Neste sentido, o tópico mais pertinente para as notícias é a igualdade, definida como a capacidade para inverter os papéis tradicionais de género. As mulheres são construídas com características tradicionalmente associadas ao referente ‘masculino’, isto é, como casos excepcionais. Paralelamente, há ainda uma espécie de fusão entre a ‘masculinidade’ (caraterísticas de instrumentalidade e força/determinação) e ‘feminilidade’ (aspetos estéticos), a qual é muitas vezes destacada, sobretudo pelos traços atribuídos a mulheres-exemplo (por exemplo, na esfera militar ou na área da justiça).

Nestes jornais as mulheres são apresentadas de uma forma dicotómica – ou são alvo da fatalidade a que estão sujeitas e não saem da sua situação de subalternidade, ou são seres ‘especiais’ e que conseguem triunfar num mundo dominado pelos homens. Se no primeiro caso há um enquadramento sobretudo dramático, no segundo caso o enquadramento dado pelos jornais destaca uma retórica da meritocracia, colocando a tónica nas justificações dadas pelas mulheres que conseguiram alcançar determinado lugar. As questões estruturais que estão na base das desigualdades não são, por isso, destacadas. Contudo, estas mulheres consideradas ideais são apresentadas como estando numa esfera diferente da maioria, sendo que a excecionalidade é sublinhada pelo esforço e determinação individual, cruzando-se em alguns casos com a assunção de valores igualitários que absorveram as situações de desigualdade perpetuadas. Portanto, este tipo de narrativas privilegia o olhar individual em detrimento da força coletiva.

Além disso, os artigos são marcados por uma visão dicotómica e essencialista do mundo, dividido entre homens e mulheres, família e carreira, esfera pública e esfera privada. Este olhar sedimenta a concepção de que as mulheres devem ser responsabilizadas pela conciliação, pois, apesar de se dar a entender que os papéis desempenhados por homens e mulheres não estão relacionados com as suas caraterísticas biológicas mas sim com atribuições socioculturais, há uma espécie de naturalização das funções, justificada pelo facto de elas serem boas cuidadoras e não quererem prejudicar (ou abdicar) a família em prol da carreira profissional. A felicidade parece estar sempre dependente do sucesso a nível pessoal e profissional. Elas podem assumir relevância noticiosa pelo que fazem, mas nunca deixam se ser o que são – mulheres, mães, esposas.

No decorrer das três décadas de análise, a imagem tradicional de mulher/esposa/mãe/dona de casa parece ter sido substituída por imagens de mulheres mais assertivas e ambiciosas, aspeto este que estará certamente relacionado com o aumento exponencial de mulheres profissionais em várias áreas e com a retórica dominante do pós-feminismo. Esta é caracterizada por mulheres ativas, uma espécie de ‘multifunções’. Porém, este tipo de representações encarna um significado paradoxal, uma vez que em diversos casos se continua a colocar a tónica nas questões de conciliação família/trabalho e numa espécie de essencialização das mulheres, não se questionando o lugar das mulheres na esfera doméstica, acentuando o seu discurso associado aos modelos tradicionais.

No que se refere às imagens apresentadas nos jornais, há a destacar o modelo de mulher que parece indissociável da noção de corpo ‘feminino’, isto é, há uma valorização dos aspetos estéticos, sobretudo através de estereótipos associados à feminilidade.

Relativamente às questões ligadas com a(s) sexualidade(s) e os afetos, verificámos que a heteronormatividade marca os discursos e é apresentada como sinónimo de felicidade, sobretudo nos casos bem sucedidos de conciliação da esfera privada com a esfera profissional. Estes jornais nunca colocam em discussão sequer outro tipo de relacionamentos (implicitamente enquadrados enquanto desvio) e quando abordam a questão da conciliação ou conflito família/trabalho – pergunta muito frequente para as mulheres consideradas bem-sucedidas na esfera pública – enfocam sempre no casamento, nos filhos e no que elas conseguem fazer de diferente, acentuando a ligação ao biológico. Portanto, percebemos que estes jornais acabam por reificar um olhar conservador.

Outro resultado da análise que nos merece reflexão é a existência de um ‘conflito’ ou intersecção entre a agenda governamental e a das organizações da sociedade civil. Por um lado, os meios de comunicação apresentam uma polarização entre o que é estabelecido (por exemplo, através do recurso a fontes governamentais) e quem protesta (por exemplo, ativistas) e, por outro lado, para as organizações tem sido mais fácil entrar na agenda jornalística quando se trata de temáticas que estão a marcar a agenda governamental (como exemplos, tivemos a lei da paridade e da IVG). De mencionar que, do lado das fontes ouvidas sublinha-se a preferência pelas vozes e temáticas governamentais em detrimento das preocupações das organizações da sociedade civil.

Além disso, verifica-se um acesso distinto das organizações da sociedade civil em termos de cobertura jornalística. Os sindicatos, que assumiam um forte peso inicial, deixaram de ter praticamente visibilidade nas notícias elaboradas no âmbito da efeméride. Paralelamente, muitas associações que tiveram maior cobertura nos primeiros anos quase desapareceram da cena jornalística, embora algumas continuem a existir em Portugal e refiram que fazem iniciativas e que as procuram divulgar através dos media *mainstream*. Aqui são de sublinhar as agendas multitemáticas (das organizações da sociedade civil e da agenda governamental) que permanecem e que nem sempre se encaixam umas nas outras e a variedade de temas que vão sendo colocados na esfera pública, em que uns assumem maior protagonismo do que outros.

Outra dimensão que tivemos em consideração na análise foi o sexo de quem produziu as notícias ou de quem assinou os artigos de opinião. É de referir que uma grande parte das peças não está assinada, pois é de pequena dimensão ou porque na altura em que foram escritas os jornais ainda não tinham em vigência a política de assinatura dos textos. Em simultâneo, embora exista um grande número de mulheres redatoras, não nos parece que se possa falar de discursos emancipatórios e que apoiem a causa social da igualdade de género ou que exista uma diferença relativamente às peças assinadas por homens. A nossa investigação assume-se na linha de outros estudos realizados anteriormente (van Zoonen, 1994: 55), uma vez que o sexo das produtoras e dos produtores não é um fator suficiente para explicar a performance profissional

Em suma, nestes jornais a efeméride passa da reivindicação por melhores condições de vida e por uma sociedade mais justa para uma convenção simbólica que se assinala anualmente. No que concerne à

representação das mulheres, coexistem representações que continuam a cristalizar as ‘velhas’ dicotomias com representações que invertem os papéis tradicionais de género, suscitando, sobretudo nos anos mais recentes, uma ambivalência entre discursos dominantes e discursos de resistência. Porém, quando as mulheres assumem o papel de protagonistas nas páginas destes jornais têm como referente o ‘masculino’. Esta comparação permanente acaba por deixar muitas mulheres no silenciamento nas páginas da imprensa.

O fim ou o início do caminho?

Após a análise efetuada apercebemo-nos que a linguagem jornalística assume um novo estilo de escrita, sendo este aparentemente mais igualitário e emancipatório, mas se analisarmos discursivamente os discursos imbuídos nas narrativas veiculadas verificamos que as alterações são apenas superficiais, pois em termos mais substantivos pouco foi alterado ao longo das últimas três décadas.

Além disso, este tipo de mediatização da efeméride contribui para um olhar na esfera pública que afasta a necessidade de tratar deste tipo de temáticas, pois coloca os assuntos sobre a igualdade entre mulheres e homens como não assuntos, nomeadamente pelo grande destaque que dá à inclusão de medidas legais e pela parca reflexão entre leis e práticas quotidianas.

Paralelamente, quando se aborda a efeméride do Dia Internacional das Mulheres mostra-se ainda com frequência que se trata de uma luta de mulheres e não de uma problemática central de promoção dos direitos humanos e que compromete toda a sociedade e por isso ainda existe uma mudança de paradigma que é necessário alcançar. Essa mudança estende-se aos escassos discursos que falam da palavra feminismo(s), pois parece ainda existir uma espécie de estigma ou um reconhecimento meramente parcial associado à palavra e às e aos ativistas.

Assim, consideramos fundamental que as e os profissionais da esfera jornalística apresentem mais vozes de mulheres nas notícias da atualidade e uma representação mais diversificada, pois estamos preocupadas com as questões de visibilidade, mas acima de tudo, com os significados que esses conteúdos encerram no domínio público.

Neste caminho que traçámos, apercebemo-nos também que a maioria das organizações da sociedade civil que entrevistámos reconhece que não possui estratégias de comunicação delineadas, portanto, tem alguma dificuldade para comunicar com os media *mainstream*. Os poucos recursos económicos não permitem a existência de uma equipa profissional para contactar com os media, sendo a comunicação com a imprensa feita à base de voluntariado. Quando relacionamos a cobertura com a situação das organizações apercebemo-nos que existe uma lacuna em termos comunicativos, a qual necessita ser solucionada.

Por outro lado, as dirigentes de associações referem que nem sempre é frutífero fazer iniciativas no âmbito da efeméride, pois o volume de acontecimentos é tão grande que a cobertura jornalística pode ser mínima ou mesmo inexistente.

Da parte das/os profissionais entrevistadas/os, as efemérides têm potencialidade em termos de cobertura jornalística, mas o aumento considerável do número de dias festivos leva a uma desvalorização dos mesmos, sendo que a cobertura anual exige também uma criatividade que por vezes se torna difícil.

Em suma, no âmbito da efeméride do Dia Internacional das Mulheres, os jornais analisados não chegam a discutir com profundidade as assimetrias de género que persistem na sociedade em vários domínios, por isso é fundamental que se faça uma constante monitorização dos conteúdos que são veiculados e que se procure incutir essa necessidade de reflexão crítica junto dos diversos públicos. Tal como afirma Matteo Zacchetti (2011:41), “a literacia mediática é uma questão de inclusão social na actual sociedade da informação, tratando-se de uma competência fundamental não só para os jovens, mas também para os adultos, idosos, pais, professores e profissionais dos media”.

Referências Bibliográficas

- Álvares, Cláudia (2006), “Feminismo e Representação Discursiva do Feminino: A Presença do Outro na Teoria e na Prática”, *ex-aequo*, 14, pp. 35-43.
- Byerly, Carolyn e Ross, Karen (2006), *Women & Media: a critical introduction*, Oxford, Blackwell.
- Carter, Cynthia e Steiner, Linda (2004), *Critical Readings in Media and Gender*, Maidenhead, Open University Press.
- Carter, Cynthia (2005) “Gendered news?”, *Journalism*, 6(3), pp. 259-263.
- Gallagher, Margaret (1981), *Unequal opportunities: the case of women and the media*, Paris, UNESCO.
- Gallagher, Margaret (2001), *Gender Setting: New Agendas for Media Monitoring and Advocacy*, London, Zed Books.
- Gallagher, Margaret (2006), “Perspectiva feminista sobre os media”, *ex aequo*, 14, pp. 11-34.
- Gallego, Juana (2009), “Género e representação pública: realidades e desejos”, in Maria João Silveirinha (org.), *Género Media e Espaço Público, Revista Media & Jornalismo*, 8 (2), pp. 43-54.
- Herscovitz, Heloiza (2007), “Análise de conteúdo em jornalismo”, in Cláudia Lago e Márcia Benetti (orgs), *Metodologia de pesquisa em jornalismo*, Rio de Janeiro, Vozes, pp. 123-142.
- Kress, Gunther e Van Leeuwen, Theo (1996), *Reading Images: The Grammar of Visual Design*, Londres, Routledge.
- Ross, Karen (2009), *Gendered Media: Women, Men, and Identity Politics*, Maryland, Rowman & Littlefield Publishers.
- Silveirinha, Maria João (2004b), “Representadas e representantes: as mulheres e os media”, *Revista Media & Jornalismo, As mulheres e os media*, 5, (3), pp. 9-30.
- Silveirinha, Maria João (2006a), “Introdução”, *ex aequo – Representações Mediáticas de Mulheres*, pp. 5-9.
- Silveirinha, Maria João (2006b), “Obliterando o “político”: o “pessoal” no espaço público mediatizado”, *ex aequo*, 14, pp. 67-92.
- Tuchman, Gaye (1979), “Introduction: the symbolic annihilation of women by mass media”, in Gaye Tuchman, Kaplan Daniels e James Benét (org), *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 3-38.
- Van Dijk, Teun (1997), “Semântica do Discurso e Ideologia”, in Emília Pedro (org), *Análise Crítica do Discurso – Uma perspectiva sociopolítica e funcional*, Lisboa, Caminho, pp. 105-168.
- Van Dijk, Teun (2005), “Contextual Knowledge Management in Discourse Production. A CDA Perspective”, in Ruth Wodak & P.A. Chilton (org), *New Agenda in CDA*, Amsterdam, Benjamins, pp.71-100.
- Van Leeuwen, Theo (1997), “A representação dos actores sociais”, in Emília Pedro (org), *Análise Crítica do Discurso – Uma perspectiva sociopolítica e funcional*, Lisboa, Caminho, pp. 169-222.
- Van Zoonen, Liesbet (1994), *Feminist Media Studies*, Londres, Sage Publications.
- Zacchetti, Matteo (2011) “An european approach to media literacy”, in Sara Pereira(org), *Actas do Congresso Literacia, Media e Cidadania*, 25 e 26 de março, Braga, Universidade do Minho, [em linha] disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/OJS/index.php/lmc/article/viewFile/524/493> [consultado em 15-10-2012].